



## LEI Nº 2652/2025

*Dispõe sobre a instituição de Programa de Prorrogação de Licença-Maternidade.*

**PREFEITO MUNICIPAL.** Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Poder Executivo Municipal, o programa de Prorrogação de Licença-Maternidade.

Art. 2º O benefício instituído por esta Lei será assegurado a qualquer servidor ou servidora municipal titular de cargo efetivo e em comissão, em caso de gestação, adoção ou guarda judicial para fins de adoção, que preencha os requisitos legais, independentemente de identidade de gênero, orientação sexual ou estado civil.

§1º A prorrogação da Licença-Maternidade será garantida automaticamente à servidora pelo prazo de 60 (sessenta) dias, iniciando imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição, bem como art. 218 da Lei nº 49/1990, ressalvado o direito à renúncia da vantagem pela beneficiária, a ser formalizado perante o município.

§2º A prorrogação a que se refere o §1º será custeada diretamente pelo município com recursos outros que não os previdenciários.

Art. 3º A prorrogação será garantida à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança pelo prazo de 60 (sessenta) dias, iniciando-se automaticamente após o decurso do prazo da licença-adotante, ressalvado o direito à renúncia da vantagem pelo beneficiário, a ser formalizada perante o município.

Art. 4º Durante o período da prorrogação da licença-maternidade e da licença-adotante a servidora fará jus à remuneração integral, no mesmo valor pago no período da percepção do salário-maternidade ou licença-adotante pago pelo Regime de Previdência a que estiver vinculada.

Art. 5º No período de licença-maternidade e licença-adotante de que trata esta Lei, os servidores públicos referidos nos art. 2º e 3º não poderão exercer qualquer atividade remunerada, sob pena de perder o direito à prorrogação, sem prejuízo do devido ressarcimento ao erário.

Art. 6º A servidora em gozo de licença-maternidade na data de publicação desta Lei, fará jus a prorrogação da Licença, ressalvado o direito à renúncia da vantagem pela beneficiária, a ser formalizada perante o município.



